

Parte 2 - Vertentes diferenciadas do comportamento judaico brasileiro
3º capítulo - Política e comportamento judaico
3.3 Discutindo o conflito Israel / Palestina sob a perspectiva brasileira

Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático

Alberto Kleinas Tullo Vigevani

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

VIGEVANI, AKT. Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático. In: LEWIN, H., coord. Agradecimento. In: *Identidade e cidadania: como se expressa o judaísmo brasileiro* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, pp. 773-784. ISBN: 978-85-7982-018-2. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Brasil e Israel: da partilha da Palestina ao reconhecimento diplomático

*Alberto Kleinas Tullo Vigevani*¹

Procuraremos no decorrer desse trabalho mostrar a inexistência de uma política brasileira voltada ao Oriente Médio durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra, e os porquês da diplomacia brasileira em votar a favor da partilha da Palestina em 1947 e reconhecer o Estado de Israel somente um ano após a sua constituição, em 7 de fevereiro de 1949.

O Brasil que no pós-guerra disputou intensamente um lugar, na política internacional, junto às potências vencedoras do conflito, conseguiu alguns dividendos menores do que esperava. Não conseguiu uma vaga permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, como havia lhe prometido o governo dos EUA, mas conseguiu uma cadeira como membro temporário desse mesmo comitê. Isso posto, como outros acontecimentos desse período, o Brasil do general Dutra foi lutando por maior espaço internacional, contando com a sua participação na II Guerra junto aos aliados. Assim, muitos pesquisadores assumem que o Brasil era um país não muito diferente em termos de política exterior da última fase do governo Vargas. Muito tem-se dito a respeito desses aspectos da diplomacia brasileira da época, como Gerson Moura no seu livro “Sucessos e Ilusões: Relações Internacionais do Brasil durante e após a II Guerra Mundial”:

O governo do general Eurico Gaspar Dutra é conhecido, de modo geral, como o período de redemocratização que se seguiu aos oito anos de ditadura do Estado Novo (1937-1945)... A política externa brasileira desse período é geralmente considerada uma continuação da política posta em ação pelo governo Vargas nos últimos anos do seu primeiro governo, isto é, uma política de alinhamento aos Estados Unidos. (Moura, p. 59)

No entanto, são necessárias algumas considerações sobre o período de pós-guerra abordado. Como bem sabemos, ao término da II Guerra Mundial, o mundo caminhou para uma bipolarização entre Estados Unidos e União

¹ Alberto Kleinas, professor do Centro Universitário FMU e mestrando da Universidade de São Paulo (USP) e Tullo Vigevani, professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pesquisador do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC).

Soviética. O governo Dutra estava convencido que o mundo caminhava a passos largos para um novo conflito global, num embate definitivo entre a democracia e o comunismo. Assim sendo, não cabia ao Brasil, segundo nosso chanceler à época Raul Fernandes, destoar do voto americano na ONU. Votar junto com os americanos era votar contra o comunismo internacional e consequentemente contra a União Soviética. Esse pensamento extremamente simplista criava certos constrangimentos junto à delegação brasileira na ONU e em particular com Osvaldo Aranha (chefe da delegação e representante na ONU). Essa mesma delegação, por sua experiência em assuntos internacionais e acompanhamento mais acurado dos últimos acontecimentos na política mundial, tinha muito certo que a tal III Guerra Mundial não ocorreria no final da semana. Assim sendo, objetava Aranha com relação a postura assumida pelo Itamaraty de servo absoluto dos interesses norte-americanos. Aranha nunca foi antipático aos interesses americanos, mas também, resguardava certo orgulho e sentimentos nacionais. Assumia uma postura de defesa de interesses brasileiros e não poderia deixar de opor-se a uma postura que qualificava como subalterna. Também essa mesma delegação via com olhos tolerantes às investidas soviéticas por maiores parcelas de poder político internacional. Dessa forma, Osvaldo Aranha era tratado com suspeita pelo Itamaraty e em particular pelo sr. Raul Fernandes. Para entendermos um pouco melhor o que se passava nestes conturbados anos apoiamos-nos em Gerson Moura:

Também a política exterior brasileira desse período só aparentemente continuava a política de alinhamento aos EUA praticada nos últimos anos do governo Vargas... De qualquer modo, o governo Dutra estava convencido de que o Brasil deveria manter laços especiais com o 'mundo ocidental', tendo em vista a possibilidade de um conflito generalizado (Terceira Guerra Mundial). Esperava-se que esse alinhamento aos Estados Unidos daria ao país algumas vantagens especiais: 1^a) a manutenção de sua superioridade militar no conjunto da América do Sul, advinda da participação na guerra; 2^a) participação plena nas conversações de paz do pós-guerra e na construção de uma nova ordem internacional. (Moura, p. 59)

Como bem apontou Gerson Moura, a política internacional brasileira tinha interesses específicos, em particular no tocante à América do Sul. Assim conseguimos compreender melhor onde pretendia chegar o governo brasileiro à época. A rivalidade entre o Brasil e a Argentina estava na ordem do dia das preocupações brasileiras. Além do mais, neste período a

Argentina era governado por Perón, que estabelecera uma série de conflitos com os Estados Unidos, que estendiam-se desde a posição de neutralidade da Argentina no conflito mundial findo, até a sua resistência aos ditames de Washington. Assim sendo, o Brasil tinha uma política internacional com dois enfoques principais: 1^o) uma preocupação global (ou macro) embasada numa ideologia antissoviética/anticomunista e, 2^o) uma preocupação no plano Sul Americano, no tocante à supremacia militar e econômica na região. Quanto a essa política externa, Gerson Moura explica bem a seguir:

A combinação do 'combate ao comunismo internacional', derivado das preocupações do governo Dutra com a ordem interna, com o 'alinhamento à política internacional dos Estados Unidos constituíam a linha-mestra da política externa brasileira no pós-guerra, seguida de modo absolutamente consistente de 1946 a 1950. (Moura, p. 59)

Durante o governo Dutra, a atuação do Brasil na ONU guiou-se pela regra de seguir o voto dos EUA em todas as questões importantes, com uma única exceção: quando dos conflitos entre EUA e Argentina, procurou-se preservar a solidariedade aos EUA, sem ser hostil à Argentina. Essa adesão não lhe concedeu, porém, os resultados que imaginava ter direito a receber (Moura, pp. 59-60)

Essa política externa refletia-se no plano interno com o medo de conflitos sociais e à negativa em promover reformas sociais exigidas pelo movimento operário organizado no Brasil. Assim podemos entender melhor a identidade política externa durante o governo Dutra, identificado com os países conservadores e governos ditatoriais.

O alinhamento automático ao voto americano na ONU era, portanto, uma política deliberada do governo brasileiro e, assim sendo, não deveria ser desrespeitado pela sua delegação nas Nações Unidas. Não deveria, mas não o foi em algumas ocasiões. Há muito a delegação brasileira na ONU tinha uma visão da política internacional diferente e muitas vezes conflitante do chanceler Raul Fernandes, em particular o próprio Osvaldo Aranha. A simples duplicação do voto americano nas Nações Unidas não era agradável e aconselhável ao ver da delegação presidida por Aranha. Em muitas ocasiões ele se opôs à política externa do governo brasileiro. A delegação brasileira dava mostras de que a política externa norte-americana não caminhava para um conflito com a União Soviética e, muito pelo contrário, buscava uma acomodação no status quo internacional. Essa mesma delegação via com olhos tolerantes a busca soviética em ocupar

espaços de poder correspondentes a sua força internacional. Mas a discordância foi uma constante nas relações entre o Itamaraty e a delegação na ONU, justamente por essa divergência de perspectivas de política internacional. Segundo Moura:

Se a Conferência de Paris deu ao Brasil a sensação de importância no plano internacional em 1946, no ano seguinte a presença do ex-ministro Osvaldo Aranha como chefe da delegação brasileira na ONU magnificou essa impressão. Aranha foi eleito presidente do Conselho de Segurança em fevereiro, presidente da Assembleia-Geral Extraordinária em abril e presidente da II Assembleia-Geral em setembro de 1947 e, de modo geral, foi considerado hábil e capaz.

Essa situação permitiu à delegação brasileira desenvolver uma visão mais complexa da situação internacional e levou os representantes brasileiros a assumirem uma atitude mais aberta independente em muitas ocasiões. Paradoxalmente, essa orientação entrava em contradição com a disposição estrita da Secretaria de Estado de 'seguir os EUA a qualquer preço'. Desde 1947 o Itamaraty era chefiado por Raul Fernandes, jurista conservador, que se convencera de que a guerra entre Leste e Oeste era inevitável – e talvez desejável, como a única maneira de evitar a dominação bolchevista na Europa –, de modo que o Brasil deveria integrar uma 'frente ocidental unida' em torno dos EUA. Isso significava, evidentemente, seguir sem restrições o voto americano nas reuniões internacionais.

Osvaldo Aranha era conhecido como 'campeão da causa americana' quando chefiou o Itamaraty entre 1938-44, mas, em contato com a delegação brasileira no fórum cosmopolita da ONU, percebeu que não haveria guerra global entre Estados Unidos e União Soviética, que algum grau de colaboração era visível entre as duas grandes potências e que os EUA não estavam interessados no continente americano, mas jogavam para valer na Europa e Ásia. Por isso, ele aconselhava discricção nos envolvimento brasileiros. Osvaldo Aranha era admirador da civilização norte-americana, mas, em contraste com Raul Fernandes, era capaz de reconhecer não apenas as reivindicações soviéticas de poder como também a busca de hegemonia por parte dos Estados Unidos. Ele concluía que a política brasileira deveria estar do lado americano, mas devia estar consciente da verdadeira natureza das disputas internacionais, ou, de outro modo, 'agiria como um cego'.

Essas diferentes orientações produziram dois grandes conflitos entre a Secretaria de Estado e a delegação brasileira na ONU a propósito de um voto para preencher vaga no Conselho de Segurança e a propósito da própria eleição de Osvaldo Aranha para a presidência da II Assembleia-Geral. A delegação brasileira advertia que a solidariedade não é servidão ao governo americano, enquanto o Itamaraty considerava dever da delegação brasileira 'ajustar-se aos Estados Unidos sem qualquer indecisão'.

Um exame acurado das questões que provocaram as disputas entre a Secretaria de Estado e a delegação brasileira mostra que um dos elementos mais importantes era a relação mantida com o bloco soviético na ONU. O Itamaraty guiava-se por uma equação em que 'votar com os Estados Unidos' significava necessariamente 'votar contra o bloco soviético' e exigia essa coerência de sua delegação. O antissovietismo da política externa brasileira envolvia uma atitude de permanente ataque a tudo aquilo que fosse identificado pelo Itamaraty como ação comunista internacional. Essa política ligava-se ao medo de conflitos sociais e à negativa em promover reformas sociais exigidas pelo movimento operário organizado no Brasil. Essa matriz ajuda a entender a identidade da política externa brasileira com os regimes extremamente conservadores e governos ditatoriais, assim como os esforços por apoiar a política colonialista de algumas potências europeias. (Moura, p.63)

Vale lembrar dois fatos ocorridos no âmbito das Nações Unidas para ilustrar a relação espinhosa entre o chanceler Raul Fernandes e Osvaldo Aranha. Os casos da candidatura da Ucrânia ao Conselho de Segurança e o episódio da reeleição de Aranha para a presidência da Assembleia Geral da ONU. Os Estados Unidos pediram ao representante brasileiro que votasse a favor da Ucrânia e, logo depois, mudaram de posição apoiando a candidatura da Índia sem nada comunicar a delegação brasileira. O impensável ocorreu na hora da votação, com o Brasil votando contra os interesses americanos. O Itamaraty, através de Raul Fernandes, repreendeu Aranha que indignou-se, pois votara a favor da admissão da Ucrânia por solicitação americana e, no caso da mudança de orientação, eles (EUA) deveria procurá-lo e não o contrário.

A nossa solidariedade não pode ser nunca uma servidão. Não me prestaria a esse papel e, creio, nenhum brasileiro se aceitaria essa missão. (Carta de 9 de outubro de 1947, Aranha a Fernandes, NY, CPDOC, AOA)

Queria Oswaldo Aranha que houvesse reciprocidade nas consultas e não que partisse somente do Brasil, como se propunha o Itamaraty. O próprio Aranha considerava-se amigo dos americanos, “*mas não caudatário do Departamento de Estado, o que qualificava como traição*”.

Oswaldo Aranha prossegue em outra carta justificando o seu voto a favor dos russos.

(...) nunca demos um voto aos russos que não houvesse sido pedido pelos americanos e com eles combinados (...) Tornarmo-nos (...) mais realistas que o rei seria uma impertinência. (Carta de 17 de outubro de 1947, Aranha a Fernandes, CPDOC, AOA).

O anticomunismo do governo brasileiro embaçava a visão da *realpolitik* e os ajustes entre Estados Unidos e União Soviética. O radicalismo brasileiro pode ser tomado por uma falta de responsabilidade pelos destinos mundiais e assim, o Chanceler Raul Fernandes, acreditando na eminência de uma nova Guerra Mundial, julgava como fracassada a estratégia do Departamento de Estado. Talvez imaginasse numa Santa Aliança Ocidental comandada pelos Estados Unidos para dar cabo do perigo vermelho representado pelos soviéticos. Assim Aranha continuava escrevendo a Raul Fernandes:

Mais uma vez, seremos levados pelos Estados Unidos a colaborar com os russos. (...) Não direi que a estratégia americana, que o senhor considera fracassada, deixe de continuar. Mas cedeu e cederá muito mais. (Carta de 17 de outubro de 1947, Aranha a Fernandes, NY, CPDOC, AOA)

Nessa época o Brasil armava o rompimento diplomático com a União Soviética. O governo brasileiro continuava sendo mais realista que o rei, e seu reacionarismo e anticomunismo evidenciavam isso. O rompimento diplomático causou estranheza junto ao Departamento de Estado que, tentou interferir e contornar esta atitude.

A bem da verdade, o governo Dutra tentava de todas as formas tornar-se viável para os investimentos americanos. Assim continuava a reprimir o movimento operário através de uma campanha anticomunista. O liberalismo econômico acompanhava o perfil dessa democracia tão autoritária. Tudo ao gosto do freguês.

Já no âmbito continental, o Brasil prosseguiu com a mesma orientação de apoio ao projeto americano, ou seja, o pan-americanismo. Segundo Moura:

Apesar das dificuldades apresentadas pelo conflito político entre EUA e Argentina durante a guerra e nos dois anos seguintes, o sistema interamericano alcançou o alto grau de formalização política e militar de 1946 a 1948. Esses esforços de formalização não se orientaram para a edificação de um sistema puramente defensivo, mas objetivavam a consolidação do sistema de poder americano. (Moura, p. 64)

A subserviência brasileira aos ditames do Departamento de Estado continuavam marcados pela ideologia do governo Dutra, que acreditavam num novo conflito mundial, só que agora patrocinados pelas duas superpotências. Para o Departamento de Estado a América Latina era interessante nesse momento de rivalidade e competição com os soviéticos. Tinham objetivos muito claros e definidos com relação aos países ao sul do Rio Grande:

(...) consolidar uma frente antirrusa, eliminar centros de propaganda antiamericana e organizar politicamente a defesa hemisférica (...) um flanco estável, seguro e amigável (...) promover a segurança nacional dos Estados Unidos. (Moura, p. 64)

A constituição do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) em 1947 durante a Conferência Interamericana do Rio de Janeiro seguia os propósitos de Washington. A delegação brasileira foi chefiada pelo próprio Raul Fernandes, que trabalhou estreitamente com a delegação americana chefiada por George Marshall. As preocupações do governo brasileiro, representado por Fernandes, voltavam-se para um possível rearmamento argentino que iria desequilibrar as forças na América do Sul.

Apesar de todas as evidências em contrário, os dirigentes brasileiros conduziram as relações Brasil – EUA no pressuposto de que o Brasil ocupava a posição de ‘aliado especial’ dos EUA no continente americano, devido à sua participação na guerra, e de que essa situação asseguraria uma permanente preeminência militar do Brasil na América Latina, especialmente em face ao poder argentino. Basicamente por essa razão, eles estavam dispostos a aceitar os programas militares e econômicos americanos para o país como o

melhor caminho para preservar aquela situação de ‘aliado especial’. (Moura, p. 66)

Ainda no campo continental, Washington tinha interesse no que chama de “desenvolvimento econômico interamericano”, definida por três pontos:

1. exportações latino-americanas para os EUA;
2. comércio entre os países do continente;
3. industrialização nas repúblicas americanas.

Segundo Moura:

O primeiro item, naturalmente, acentuava o caráter primário-exportador das economias do continente e o último, aparentemente, contrabalançava essa tendência. Entretanto, o exame mais acurado da política americana nos mostra que o governo Roosevelt era definitivamente contra a criação de indústrias de bens de capital na América Latina, porque elas ‘se provariam antieconômicas em sua operação’; em seu lugar, ele propunha a criação de indústrias leves, de modo que as repúblicas americanas pudessem livrar-se da dependência da Europa e da Ásia’. Quanto à América Latina, o governo Roosevelt estava interessado na produção de matérias-primas e admitia indústrias de bens de consumo que não ameaçassem as exportações norte-americanas. (Moura, p. 64)

O governo Truman não só modificou as principais linhas políticas econômicas de Roosevelt para a América Latina. Volta Redonda, nesse caso, foi uma excepcionalidade marcada pelas conveniências políticas da guerra. Acabara-se a guerra, e portanto, não tinha mais razão de ser. Assim sendo, as autoridades brasileiras tiveram que despertar do sonho de criar outras “Volta Redondas” com capital americano. Quando chegou a comissão “Abbink”. Esta comissão foi constituída em 1948 pelos governos americano e brasileiro para estudar a situação econômica do país e encaminhar um projeto de desenvolvimento. Segundo o livro de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno “História da Política Exterior do Brasil”, Washington tinha diretrizes muito definidas para essa comissão técnica:

A Comissão deve dar particular atenção à capacidade do Brasil para a expansão econômica através do uso máximo de seus recursos internos. A Comissão não deve se dedicar à apreciação dos méritos de projetos específicos ou analisar a desejabilidade de obter financiamentos externo, A Comissão, no entanto, deve considerar

medidas destinadas a encorajar o fluxo de capital privado para o Brasil. (Cervo & Bueno, p. 248)

O Brasil mantinha-se à margem dos acontecimentos. No período inicial da guerra fria, os países latino-americanos observavam de longe os acontecimentos que se passavam sobretudo na Europa e na Ásia. O momento, porém, era propício à reafirmação de lealdades fundamentais e os EUA empenhar-se-iam em solidificar sua preeminência no Hemisfério.

1947 é o ano que assinala o início de uma fase de alinhamento do Brasil com os EUA. Na expectativa de que a aliança com os EUA criasse as condições necessárias para o desenvolvimento do país, a exemplo do que ocorreria na Europa Ocidental e no Japão, a diplomacia brasileira passa a praticar política de bloco. A pretexto de um incidente com diplomata da Embaixada em Moscou, as relações diplomáticas Brasil-URSS são rompidas (outubro de 1947). Na ONU, a delegação do Brasil toma invariavelmente partido dos EUA nas votações de questões vinculadas à polaridade Leste-Oeste. Na Conferência do Rio de Janeiro para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, em que se aprovou o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), a diplomacia brasileira apoiava ativamente as postulações americanas sobre a defesa da região. (A Palavra do Brasil na Nações Unidas – 1946-1995)

O governo Dutra nutria esperanças de um plano de fomento norte-americano para o desenvolvimento do Brasil, aos moldes do Plano Marshall. O próprio Aranha já havia percebido em Nova Iorque, que os EUA jogavam todas as fichas na Europa e na Ásia. A América Latina ficou para a Comissão Abbink e seu imobilismo, baseado nos recursos internos e no incentivo ao aporte de capital privado, para o desenvolvimento nacional.

Que triste fim para o governo Dutra em matéria de desenvolvimento econômico. Segundo Moniz Bandeira em seu livro “Presença dos Estados Unidos no Brasil – Dois Séculos de História:

Quando o Governo Dutra se instalou, em 31 de janeiro de 1946, o Brasil possuía 322.505.472.144 quilos de ouro. Dois anos depois, em 31 de dezembro de 1948, essas reservas baixaram para 281.569.564.200 quilos de ouro. (...) Em 1947, o valor das importações ultrapassara o da exportação, deixando um déficit de 55 milhões de dólares. A situação da balança comercial, nos anos seguintes, melhorou, ligeiramente, mas os saldos, que apareceram, da

ordem de 88 e 17 milhões de dólares, eram insuficientes para cobrir os compromissos do País no Exterior, sobretudo os serviços da dívida externa. Assim, entre 1947 e 1949, o déficit do balanço de pagamentos aumentou em 335 milhões de dólares, coberto com empréstimos oficiais e pelo afluxo de capitais estrangeiros, que representariam maiores encargos para o futuro, drenando as finanças do país (...) (Bandeira, pp. 314-315).

Segundo Cervo e Bueno, o governo brasileiro contava que, após a sua redemocratização, de ter sido aliado dos norte-americanos na 2ª Guerra e colaborador estreito da política exterior americana para a América Latina, seria implementado um novo momento de “relações especiais” entre os dois países. O tratamento dado pelo governo americano às solicitações brasileiras foram substituídas por um “*sistema planetário de segurança que privilegiava a cooperação com a Europa, o Oriente Próximo, o Extremo Oriente e a África na aplicação de seus recursos*”. (Cervo & Bueno, p. 248).

Ainda segundo os mesmos autores, as diferentes concepções entre os dois países sobre a cooperação para o desenvolvimento eram marcadas pela questão política internacional: enquanto o governo brasileiro insistia no caráter político da ajuda, o governo americano, além de outras divergências, entendia que os programas de desenvolvimento eram assuntos para serem tratados junto ao BIRD. Parte daí a formação da Comissão Abbink e o soterramento dos interesses brasileiros em ver um “Plano Marshall” para a América Latina e, em particular, para o Brasil – “aliado preferencial”.

Muitas são as cartas-telegrama da representação brasileira em Washington sobre o Plano Marshall para a Europa Ocidental e Japão.

“Washington, em 16 de dezembro de 1947.

Os Estados Unidos e a América Latina.

Senhor Ministro,

Comunico a Vossa Excelência que o Senhor Summer Welles, em artigo para o “Washington Post”(9 de dezembro de 1947), intitulado “Latin American Help”, diz que toda a verdadeira cooperação econômica e financeira interamericana terminou com o advento do regime Byrnes e que a esperança de que o Secretário de Estado Marshall reparasse os seus danos não se tornou realidade. Continuando, diz que, apesar de Marshall haver se cercado de pessoas de capacidade excepcional em assuntos latino-americanos,

atualmente a autoridade está dividida no Departamento de Estado, não podendo este enfrentar os graves problemas latino-americanos sem que seja formulada, do alto, uma orientação política e econômica. Adiante, mostra que as dificuldades econômicas latino-americanas só poderão ser resolvidas satisfatoriamente se a produção aumentar, se a inflação for evitada, se os mercados exteriores forem restabelecidos e se os outros países americanos puderem obter créditos e as mercadorias necessitadas pelos seus consumidores, que só são encontradas nos Estados Unidos e, para sua compra, é necessário possuir-se dólares. Durante o ano passado, prossegue Summer Welles, o México usou a metade de suas reservas em ouro e dólar, e a Argentina, o Brasil e o Chile pelo menos um terço das suas. Antes da Guerra, a América Latina tinha uma balança favorável no seu comércio com os Estados Unidos e este ano terá uma balança comercial desfavorável de, pelo menos, dois milhões de dólares. Continuando em suas considerações, Summer Welles diz que as repúblicas americanas avaliam perfeitamente o que representa a situação de emergência em que se acha a Europa e a magnitude do esforço que os Estados Unidos devem fazer dentro do Plano Marshall para a reabilitação da Europa. O que eles não podem compreender é a razão pela qual o Secretário Marshall achou necessário, não somente proclamar que a reabilitação europeia deveria ter prioridade sobre a reabilitação do Hemisfério, como não haver dado nenhum passo para coordenar a reabilitação europeia com a continental.

2. Acentua, em seguida, Summer Welles que o Governo americano insiste em divorciar os dois problemas, e achou que, ao ser elaborada a legislação de auxílio à Europa, deveria ela estar ligada à reabilitação continental. Põe em relevo o fato dos países americanos ressentirem essa atitude negligente dos Estados Unidos, dizendo que esses sentimentos estão sendo expressos na Conferência de Havana. O mal está, pensa Welles, em que o presente Governo, embora tenha demonstrado Ma vontade em relação à América Latina, pouco de prático tem realizado. Apesar do Senado ter-se mostrado mais esclarecido, com a iniciativa de ratificação do Tratado do Rio de Janeiro pelo Senador Vandenberg, sua ação não será suficiente para combater a inflação. Torna-se necessária uma política de ação construtiva e uma volta imediata à efetiva cooperação econômica entre os Estados Unidos e as outras repúblicas americanas, para o benefício comum de todos os povos do continente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha respeitosa consideração”. (Carta-telegrama da Embaixada brasileira ao Itamaraty, Arquivo Histórico do Itamaraty, 16/12/1947).

Seguindo as considerações de Gerson Moura, o governo Dutra, através de seu Ministro Raul Fernandes, aprendeu bem apenas uma parte da política externa do final do governo Vargas: o alinhamento com os Estados Unidos. Mas não conseguiu prosseguir na sua substância mais interessante, ou seja, como instrumento de barganha em suas negociações internacionais. Os possíveis ganhos, durante o governo Dutra, passaram para o terreno da esperança e do ufanismo pretensioso do “Brasil Potência”, do “aliado especial”, do “prestígio internacional” que, continuaram os mesmos, mas com menos contato com a realidade que no governo Vargas.

Devemos ponderar que, os objetivos do governo americano se deslocaram do continente para a Europa e Ásia, regiões mais atingidas pela guerra e suas posteriores transformações. Estas regiões eram o verdadeiro palco onde se transcorria a política internacional bipolar (EUA x URSS). Para os Estados Unidos, o Brasil, como toda a América Latina, era zona de pacífica hegemonia americana, o que significava não serem necessários muitos esforços e recursos.

Mas o Brasil continuava insistindo durante esse período (1946 a 1950) num alinhamento total e apoio incontestável aos desígnios norte-americanos.

Assim sendo, no plano interno continuou reprimindo duramente as reivindicações operárias, vistas como extensão do comunismo internacional, como ditava a cartilha norte-americana de “Contenção da URSS”.

Infelizmente, para o governo Dutra, o Brasil não teve a contrapartida que teve no âmbito militar transposta para o âmbito econômico. Enquanto os militares dos dois países viviam a mais completa harmonia, o Brasil continuava pleiteando melhores condições de financiamento para o seu desenvolvimento econômico.